



A relação centro-periferia na discursividade da cidade¹
(*The center-periphery relationship in the discourse of the city*)

Tiago Roberto Ramos*
Renata Marcelle Lara Pimentel**

Resumo

Este artigo aborda a relação entre espaços centrais e periféricos na cidade de Maringá (PR), buscando compreender, pela Análise de Discurso pecheutiana, como se dá a sua constituição simbólica. A observação em campo possibilitou explicitar um funcionamento marcado por constante intercâmbio e disputas de sentidos. Por mais que a estrutura espacial e o imaginário urbano tendam a silenciar o social, este irrompe na falha. Tal dinâmica marca um conflito pela constituição de memórias sobre a cidade.

Palavras-Chave: cidade; discurso; Maringá; relação centro-periferia.

Abstract

This article discusses on the relation between central spaces and peripheral spaces on Maringa city, trying to understand, for analysis Pecheutiana's discours, how is the symbolic constitution. The field observation possible to explain a functioning characterized by constant exchange of senses disputes. For more the spacial structure and the urban imaginary tend to silence the social, this breaks in failure. Such a dynamic mark conflict for constitution of memories about the city.

Keywords: city; discourse; Maringá; center-periphery relationship.

¹ Trabalho desenvolvido com o apoio institucional do Centro Universitário de Maringá – Cesumar, por meio do Programa de Bolsa de Iniciação Científica (PROBIC). Os resultados dessa pesquisa foram apresentados no Simpósio “Do acontecimento comunicacional ao acontecimento discursivo”, durante o I CIELLI – Colóquio Internacional de Estudos Lingüísticos e Literários, realizado de 09 a 11 de junho de 2010 na UEM – Universidade Estadual de Maringá.

* Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Publicidade e Propaganda, pelo Centro Universitário de Maringá (Cesumar), e licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM); tibobster@yahoo.com.br. Endereço para correspondência: Herculano Ferreira, 411. CEP. 87055080. Maringá-PR.

** Doutora em Linguística pela Unicamp. Docente do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Membro dos grupos de pesquisa GEPOMI/UEM (Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos), “Discurso, ciência e historicidade”/Univás (Universidade do Vale do Sapucaí), e “O discurso nas fronteiras do social: diferentes materialidades significantes”/UNICAMP; renatamlara@yahoo.com.br. Endereço profissional: Universidade Estadual de Maringá (Bloco I-12, sala 10). Av. Colombo, 5.790. Jardim Universitário. Cep. 87020-900. Maringá-PR.

Introdução

Rolnik (2004: p.21) afirma que “desde sua origem cidade significa, ao mesmo tempo, uma maneira de organizar o território e uma relação política.” A cidade, tal como conhecemos hoje, é um fenômeno associado ao desenvolvimento de mercados e à fixação do modo capitalista como forma dominante de produção. Essa característica dá à cidade moderna formas, traçados e contornos que a diferenciam de todos os outros fenômenos de aglomeração precedentes². A cidade tida como moderna, a cidade do capital, instaura uma nova configuração de urbanidade marcada pela hierarquização dos espaços, pela segregação socioespacial, pela centralidade do controle estatal, pelo incentivo ao desenvolvimento privado. Enfim, ela materializa as determinações do modo capitalista de produção, seus conflitos e suas incongruências.

Considerando a cidade como materialidade discursiva, constituída por/nas contradições do sistema capitalista, tomamos como objeto de estudo o discurso que se constitui na relação entre centro e periferia em Maringá, localizada no norte central do Paraná. De maneira geral, objetivamos explicitar o modo como se constrói as relações de sentido entre sujeito e espaço citadino, e como as materialidades envolvidas em tal processo expressam os conflitos simbólicos e políticos travados na constituição de sentidos normativos e normalizados. O que propomos é pensar, discursivamente, a cidade, a urbanidade e os sujeitos envolvidos neste processo, suas contradições, seus conflitos, suas vivências e a forma como se relacionam com o espaço.

Trata-se de compreender essa relação que se apresenta para o espectador corriqueiro como semelhante à de qualquer outra cidade (marcada pela segregação socioespacial), mas que, em Maringá, guarda especificidades próprias, reveladoras da contradição sob a qual se ergue a imagem desta cidade. Contradições que trazem à tona o real da língua e o real da história no cenário urbanizado³.

De forma específica, buscamos explorar, discursivamente, intercâmbios e segregações simbólicas entre espaços-*periféricos* e espaços-*centro*, na referida cidade; entender como o urbano articula seus sentidos; analisar como esta articulação, materializada discursivamente no cenário periférico-central, significa o *real* da cidade, o

² Cf. também Rolnik (2004) sobre o desenvolvimento das cidades em outros períodos históricos.

³ O real da língua refere-se à impossibilidade de fechamento dos sentidos, ou seja, a língua, por ser uma estrutura relativamente autônoma, não determina completamente os sentidos. O real da história refere-se à inscrição da materialidade da língua, que é falha e ambígua, na história, num acontecimento simbólico que forma a memória podendo produzir equívocos (MORALES, 2007).

momento em que ela se fala/significa, confrontando os discursos normativos pelos quais é falada/significada.

Para tanto, utilizamos como referencial teórico e metodológico a Análise de Discurso (AD) de linha francesa, formulada pelo filósofo Michel Pêcheux e desenvolvida no Brasil, principalmente, pela linguista Eni Orlandi.

Como disciplina de entremeio, a AD elege a língua e a impossibilidade de fechamento dos sentidos, a história e seus acontecimentos e o sujeito e suas *in*-determinações como eixos constitutivos da sua compreensão. Conforme Orlandi (2003a, p. 25), “a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história”.

Pêcheux (2008) compreende a linguagem como lugar de conflitos políticos e simbólicos, em que os sentidos são movimentados, articulados e direcionados para a produção de um mundo *logicamente estável*, o mundo em que vivemos. Mas este mundo lógico não esteve sempre aí, já dado. Trata-se de uma construção histórico-social. Portanto, carrega em si os elementos ideológicos de sua formação. O filósofo entende a ideologia como princípio próprio de constituição da realidade. Assim, as materialidades históricas permitem com que possamos observar e compreender a formação e articulação dos sentidos, seus elementos ideológicos.

No percurso discursivo que desenvolvemos, interrogamos como se dá a constituição simbólica dos espaços centrais e periféricos em Maringá e como se promovem a produção e o intercâmbio de sentidos que identificam esses espaços e os sujeitos que neles vivem.

A cidade de Maringá é conhecida por ter se tornado, nacionalmente, uma “referência” em desenvolvimento e qualidade de vida. Imagem esta posta em circulação e propagada pela mídia. Uma rápida pesquisa em veículos jornalísticos pode demonstrar isso⁴. A cidade foi objeto de algumas matérias que ressaltam essas características. Dentre elas, podemos citar uma reportagem da revista Veja, edição 2070, de 23 de julho de 2008, que situa a cidade como uma das mais seguras do país, e uma reportagem da revista Época, que trabalha alguns pontos referentes ao desenvolvimento de Maringá⁵.

⁴ É importante ressaltar aqui que o objeto de nossa análise não é a imagem jornalística da cidade, mas sim o seu discurso urbano. A recorrência a matérias jornalísticas é algo que nos aponta como este discurso urbano está circulando e produzindo efeitos de sentido. Efeitos que se instauram num processo de visibilização e apagamento. Ou seja, para que certos sentidos possam circular é preciso que outros sejam apagados.

⁵Essas matérias podem se consultadas em: http://veja.abril.com.br/230708/p_110.shtml e <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT940174-1664-1,00.html>. Acesso em: 03 abr. 2010.

A imagem que se propaga da cidade está atrelada a algumas destas determinações, como o rigor na condução do planejamento, os esforços para manutenção dos planos de desenvolvimento, as ações institucionais – como a criação do Conselho de Desenvolvimento de Maringá (CODEM) – que visam a solução de problemas referentes ao desenvolvimento da cidade, à atuação da sociedade civil para a manutenção e perpetuação do imaginário desenvolvimentista, entre outros. Discursivamente, contudo, as relações produzidas no interior de seus espaços, principalmente nos espaços centrais e periféricos, sinalizam contrastes na própria urbanidade vivenciada nesse local. Contrastes que apontam para uma suplantação do social pelo imaginário.

Sinteticamente, há em Maringá uma configuração urbana singular em que o planejamento e ações políticas, marcados por aspectos desenvolvimentistas, propagam um determinado imaginário sobre a urbanidade vivenciada nesse local, mas, ao mesmo tempo, visualizamos uma configuração de sentidos que apontam para uma desestabilização desse imaginário. Tais aspectos serão discutidos no decorrer do trabalho.

Para explicitar o funcionamento discursivo que encontramos nas materialidades dessa cidade, apresentamos, primeiramente, a forma como a AD trabalha o urbano e seu discurso. Em seguida, discorreremos sobre alguns aspectos históricos e formativos de Maringá e sua imagem para, então, adentrar na análise do discurso produzido no seu interior.

Pensando a cidade e o urbano em Análise de Discurso

Para a Análise de Discurso, a relação cidade/urbanidade é, no mínimo, conflituosa. Orlandi, (2004: 64) afirma que

[...] a cidade é um espaço real de significação sujeito a transformação que, pela imposição do urbano (excessivo), tal como ele é pensado, é abafado, silenciado. A materialidade simbólica da cidade é contida na/pela urbanização. Há, assim, uma redução significativa da cidade e do social ao urbanizado.

O urbano (urbanizado), nessa perspectiva, apresenta-se como a forma logicamente estável de se conceber, de viver a cidade, ou seja, o meio pelo qual temos acesso ao que é cidadão. A cidade é o espaço no qual desempenhamos a nossa condição de sujeitos urbanos, onde construímos uma complexa teia de relações e *inter*-ações pelas quais nos definimos. A cidade é “suplantada” pelo urbano, que se torna a forma primeira de imaginar a vida no espaço cidadão. Estabelecer relações sociais nesse espaço é estabelecer relações urbanas, com a urbanidade e suas determinações.

[...] o urbano aparece como ‘catalisador’ do social. Em consequência, o urbanismo se apresenta como parte do imaginário que ‘interpreta’ o que é urbano, sobrepondo-se à cidade, de-limitando-a, desenhando seus sentidos (significando-a), assim como ao social. (ORLANDI, 2004: 63)

Esta sobreposição nos faz atentar para o fato de que o *real* da cidade é silenciado no discurso *sobre* a urbanidade⁶. Compartilhamos, então, da mesma concepção de Orlandi (2004: 34) acerca da relação cidade/urbanidade, entendendo que “há uma sobreposição do urbano sobre a cidade de tal modo que o [...] discurso do urbano silencia o real da cidade (e o social que o acompanha)”.

Orlandi (2001, 2003b, 2004) desenvolve uma abordagem da discursividade urbana que envolve três maneiras diferentes dessa se manifestar.

O discurso *do* urbano, como aponta Orlandi (2001), é o discurso institucional e institucionalizado, é o discurso administrativo que valoriza a ordenação, a ordem social, o equilíbrio. É o discurso que focaliza a importância da infra-estrutura como direito necessário a sujeitos urbanizados. De forma geral, é o discurso do planejamento urbano, do controle, da organização, do policiado. É a instância em que a realidade urbana “faz sentido” para os sujeitos urbanos. É um meio de justificar a urbanidade dos espaços e de determinar seus graus. É o discurso do politicamente correto. É um discurso político que busca estruturar uma determinada organização em detrimento de outras possibilidades. Por último, é o discurso do urbanista que homogeneíza os modos de significar o espaço pelo seu uso ordinário. Esse é o discurso logicamente estabilizado, que reduz o social ao urbanizado.

Há também o discurso *sobre* o urbano. Segundo Orlandi (2004), é uma forma de silenciar o real da cidade, de silenciar os espaços. Silêncio este que impele o espaço a produzir uma resposta significativa, fazendo com que o real da cidade irrompa. Roure

⁶ Logo mais à frente, esclarecemos como a AD compreende o real da cidade.

(2001) aponta que esse discurso apaga a heterogeneidade que constitui o espaço urbano impedindo que o sujeito possa reconhecer outras formas de simbolização do social a não ser o normativo, ou seja, é o sujeito reconhecendo a urbanidade no lugar comum, na sua apreensão do que seja a cidade.

Seguindo a formulação de Orlandi (2001), há o real da cidade que representa a fala fora do lugar no discurso urbano, ou seja, uma materialidade discursiva específica, reveladora do conflito político/simbólico travado no espaço urbano. Materialidade essa capaz de desconstruir a própria urbanidade, de revelá-la em suas contradições constitutivas. Quando os sujeitos estabelecem modos de dizer e constroem formulações que *des*-organizam o espaço burocrático e burocratizado do urbano, o real da cidade irrompe. O real da cidade é o lugar onde a falha do discurso urbano acontece, onde o irrealizado salta, onde encontramos uma fala *des*-organizada, fora do lugar, que desconstrói a normatividade do discurso *do* e *sobre* o urbano, construindo outras formas de produzir sentido no espaço urbano. É no real da cidade que o urbano (politicamente delimitado) é posto em questão pelo simbólico, pela constante possibilidade de poder ser “o outro”.

O real da cidade é a forma pela qual os sujeitos atravessam a urbanidade e produzem falas *des*-organizadas; falas que desestruturam a forma como a cidade é significada pelo político, permitindo que ela própria se signifique na sua materialidade simbólica. É no real da cidade que acontece também a atualização do discurso urbano, pois é nele que pulsa a dinâmica cidadina – do caos, da *des*-organização cotidiana. Assim, o real da cidade é o espaço simbólico de significação da condição cidadina; é onde o conflito irrompe como constitutivo de uma determinada dinâmica social – a urbana; ou seja, é no real da cidade que a linguagem toma trajetos e materialidades históricas e simbólicas que expressam os modos de produção de sentido da própria cidade. O real da cidade é justamente o impossível, o equívoco que escapa pela língua (ORLANDI, 2004).

Tal elaboração de Orlandi (2001, 2003b, 2004) permite-nos compreender a narratividade urbana como uma formulação material linguística da cidade (a cidade falando de si) ao mesmo tempo em que é atravessada pelo sujeito e suas formas de significar, construindo corporificações, gestualidades, trajetos urbanos por onde a cidade, o sujeito e o social se falam, significam-se.

O social aqui está representado pelos sujeitos, que necessitam de espaço para se significar, e, ao se significar, significam o próprio espaço que ocupam. Esse processo de

significação está inserido, na quase totalidade, no espaço citadino, pois, como compreende Orlandi (2004: 11), “para nossa época, a cidade é uma realidade que se impõe com toda a sua força. Nada pode ser pensado sem a cidade como pano de fundo.” A cidade tornou-se, por excelência, o espaço de construção da vida social moderna. É em seus trajetos que os sentidos tomam corporalidade, que se materializam em diferentes espaços e de diferentes formas.

Os espaços são materialidades nas quais a linguagem exerce seu poder. O homem vai aprendendo e apreendendo o espaço na medida em que vive nele. Nesse sentido, o espaço é sempre o espaço do vivido, do experimentado. O sujeito produz seu discurso no espaço e, ao mesmo tempo, o espaço produz seu discurso no sujeito. Sujeito e espaço estão intimamente ligados em termos de produção de sentido (ORLANDI, 2004).

Explicitar o *real* da cidade, tal como a AD compreende, é o objetivo, propriamente dito, da análise que desenvolvemos. Para tanto, recorreremos ao “flagrante urbano” como ferramenta metodológica e de análise. Como aponta Orlandi (2001, 2004), o flagrante urbano é “um lembrete” do real da cidade, é uma forma específica da narratividade urbana se materializar. São modos de dizer *na* e *da* cidade que desorganizam o espaço urbano, ou seja, é a inscrição do sujeito no espaço, sua gestualidade que revela a falha⁷, onde o irrealizado irrompe com toda a sua força. Os flagrantes são gestos, inscrições de sentido, expressões, ações ou produtos em que o simbólico é materializado. Por fim, os flagrantes são atos significantes que podem causar um movimento de ruptura no mundo logicamente estável da urbanidade, permitindo com que a falha aconteça, com que o sujeito tenha infinitas possibilidades de se inscrever nesse mundo urbanizado.

Maringá e o discurso urbano

Maringá é uma cidade do norte central paranaense, fundada pela Companhia de Melhoramentos do Norte do Paraná (CMNP), em 10 de maio de 1947, como distrito de Mandaguari (localizada a 35 quilômetros), e elevada à categoria de município em 14 de

⁷ Pêcheux (1995) afirma que a falha é algo que se dá junto com a interpelação ideológica do indivíduo em sujeito. O processo de interpelação do indivíduo em sujeito é estruturado por uma falha, pois este processo pressupõe a existência de formas infinitas de se manifestar. O inconsciente é sua própria indeterminação.

novembro de 1951. A cidade foi planejada pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira por volta de 1945 (CORDOVIL, 2008).

Segundo Rego (2001), Vieira foi influenciado pelas concepções de Ebenezer Howard e, principalmente, por Raymond Unwin e Barry Parker (ambos são arquitetos e urbanistas). Howard formulou uma concepção teórica para a construção de cidades. Essa elaboração visava aos problemas urbanos enfrentados pela Inglaterra no fim do século XIX. Ele desenvolveu um esquema de diagramas que previa o assentamento de pequenas comunidades de até 32.000 habitantes, com a finalidade de proporcionar moradia digna para a classe trabalhadora inglesa. Essas pequenas comunidades teriam autonomia política, seriam autogestionadas pelos seus habitantes e possuiriam também vias de acesso rápido aos grandes centros, como Londres.

O que Howard formulou foi um tratado urbano que ficou conhecido, principalmente, por meio da expressão de *cidade jardim*. Raymond Unwin e Barry Parker foram responsáveis por aplicar as formulações teóricas de Howard, criando uma expressão arquitetônica para tais formulações. Foram eles que projetaram as primeiras cidades jardins londrinas: Letchworth e Hampstead. Elas significaram uma ruptura com o rigor geométrico clássico, valorizando o convívio com a natureza. Jorge de Macedo, por ter trabalhado na mesma companhia que Parker, recebeu influência direta desse. Assim, a concepção do desenho urbano maringense foi influenciada pelas formulações de Howard, Unwin e Parker, representados por Jorge de Macedo (REGO, 2001).

Aspectos dessa influência podem ser percebidos nas avenidas, que são amplas, bem arborizadas, na presença de dois grandes parques centrais na cidade, na delimitação de zonas residenciais e comerciais. Enfim, o projeto urbanístico se sustentou nos princípios da arquitetura moderna representada pelos preceitos das cidades-jardins inglesas. Todo esse cuidado no desenho da cidade estava a serviço dos interesses da Companhia colonizadora, de tornar a cidade um pólo regional, um atrativo de capital e pessoas.

Segundo Cordovil (2008), o espaço produzido com este imperativo tornou-se uma representação da força colonizadora da própria companhia; que desconsiderou e apagou da história as ocupações precedentes à sua chegada; e também da força avassaladora da modernidade, travestida como desenvolvimento, evolução, como construção do espetáculo. Desde sua fundação, Maringá foi tratada como um empreendimento urbano. O planejamento original da cidade sofreu algumas requalificações que só fizeram acentuar essas características do espaço. Como afirma a

autora, o espaço urbano maringaense sofreu requalificações que buscaram manter os aspectos espetaculares da construção da cidade. Esse foi o imperativo que o poder público, associado à iniciativa privada, procurou manter durante os anos. Em decorrência disso, como aponta Rodrigues (2004), a cidade foi zoneada por princípios socioeconômicos. Cada região foi pensada para abrigar determinado extrato social, de acordo com as suas condições econômicas, e isto revela a segregação socioespacial que impera na cidade até hoje.

Todo o espaço urbano que se desenvolveu na cidade, desde a sua fundação, busca alimentar um único imperativo: Maringá sendo significada como uma cidade moderna e planejada⁸. Como aponta Cordovil (2007), a fundação de Maringá e seu posterior desenvolvimento estão imbuídos de um discurso publicitário diretamente relacionado à imagem sob a qual a cidade se erigiu. Segundo a autora, a cidade estruturou-se a partir do discurso que a criou: “O discurso incrementou a imagem e a produção dos espaços desde a sua formação” (CORDOVIL, 2007, p.89).

Para a manutenção dessa imagem foi imprescindível, como aponta Rodrigues (2005), a atuação conjunta do poder público e da iniciativa privada, que se esforçaram para manter o traçado moderno e a imagem da cidade enquanto tal. Nos termos da autora, Maringá foi planejada para ser um “empreendimento urbano”, destinado a reproduzir o capital e suas desigualdades.

Rodrigues (2004) demonstra claramente como o zoneamento da cidade seguiu princípios econômicos que geraram uma segregação social e econômica: o centro é o espaço das classes dirigentes, as periferias, quanto mais afastadas do centro, mais pobres. Esse é um dos fatos que constituem as condições de produção do discurso urbano maringaense. Uma segregação socioespacial que procura se manter a todo custo pelas mãos da iniciativa privada (principalmente o setor imobiliário) e do poder público (que busca perpetuar a imagem de um espaço desenvolvido e moderno).

Conforme Cordovil (2007, 2008), há em Maringá uma situação particular em que a imagem publicitária e o imaginário urbano se fundem num só discurso. Com isso, podemos afirmar que em Maringá há uma projeção da cidade ideal, para a qual a materialidade urbana se movimenta constantemente, ou seja, é a formulação imagético-discursiva que orienta as materializações do espaço urbano.

⁸ Como aponta Cordovil (2008), modernidade está associada a uma busca incessante pelo novo, pelo desenvolvimento, pela espetacularização da paisagem urbana que apaga a memória e a história da cidade.

Cordovil (2008) aponta ainda que a construção do espaço urbano em Maringá possuiu um caráter espetacular, nos termos de Guy Debord⁹. Após o planejamento inicial e a execução do primeiro plano diretor, em 1967, as características espetaculares do espaço urbano maringaense ficaram cada vez mais consolidadas. O primeiro plano diretor chegava a nomear a cidade como um "exemplo nacional" de planejamento e desenvolvimento. Esse imperativo é fortalecido na década de 1980, quando do projeto do novo centro da cidade. O projeto *Ágora*, desenhado por Oscar Niemeyer¹⁰, cria uma comparação direta entre Maringá e Brasília, endossando o discurso imagético da cidade como moderna. Mas o projeto não foi executado plenamente. O desenho monumental e espetacular proposto por Niemeyer serviu apenas como pretexto para a especulação imobiliária ocupar as zonas centrais da cidade. O espaço perde todo o seu caráter público e a imagem de progresso é representada pelo empreendimento imobiliário. Essas requalificações urbanas ignoraram a participação popular. Segundo a autora, a participação popular ficou contida na simples aceitação de uma única proposta viável, a de se manter a imagem da cidade moderna.

Assim, a tendência das "requalificações" urbanas é o desprezo sistemático da dimensão pública e social do espaço. Não existe o debate para a construção dos espaços e não se considera propostas alternativas. Como bem exemplifica a licitação para a concessão urbanística lançada pela prefeitura: o empresariado constrói a cidade. [...] A obsessão pela modernidade leva à construção sistemática de novos espaços que substituem a memória e a história urbanas em projetos que reconduzem a espetacularização da paisagem urbana de Maringá, sempre voltadas para a promoção imobiliária. Nos seus sessenta anos de fundação, a cidade procura apresentar o incessantemente novo. (CORDOVIL, 2008, p.10-11)

Como observamos, Maringá é representada por um discurso-imagético fortemente associado aos princípios da modernidade, do desenvolvimento, e a construção da sua paisagem urbana se movimenta em direção de sempre validar esse discurso. Essas características são tomadas aqui como condições de produção de outro discurso específico, o da relação entre centro e periferia, que desestabiliza essa imagem da cidade, fazendo com que o seu *real* irrompa.

⁹ Guy Debord (1997), segundo Cordovil (2008), na obra *A sociedade do espetáculo*, compreende que as relações sociais são mediadas por imagens espetaculares, passando a realizar-se no domínio das aparências.

¹⁰ Oscar Niemeyer é um dos mais reconhecidos arquitetos brasileiros, apontado como expoente da arquitetura moderna. Foi responsável por vários projetos importantes, como a construção de Brasília e a sede das Nações Unidas; a última em parceria com Le Corbusier, arquiteto francês, expoente da arquitetura moderna do século XX.

A relação centro-periferia em Maringá

Para compreender as formulações de sentido na relação entre centro e periferia em Maringá, empreendemos observações discursivas, configuradas conjuntamente a contribuições etnográficas¹¹, por espaços centrais e espaços periféricos da cidade. Há uma descrição desses espaços, em Araújo (2007), que demonstra, detalhadamente, a formação da paisagem urbana maringaense. Aqui vamos nos ater às descrições que forem mais representativas do *real* da cidade.

As observações discursivas foram realizadas durante duas semanas, entre janeiro e fevereiro de 2010. Tais observações nos levaram a ver que existe um funcionamento discursivo adequado e estruturado de tal forma a dar sustentação a um imaginário de Maringá como cidade moderna e desenvolvida. Esse mesmo discurso é estruturado por um conflito constitutivo, pois, pelo que aponta a pesquisa, as relações de sentido estabelecidas no interior dessa configuração do espaço urbano negam e desestruturam esse imaginário ao mesmo tempo em que se formam *por* ele. Todos os espaços, centrais e periféricos, são representação e negação desse imaginário, pois são falhos. O que há é uma contradição constituinte do imaginário, e o real da cidade escapando por fragmentos desse mesmo imaginário.

Ao falar da realidade citadina latinoamericana, Canclini (2007) demonstra como existem diversas cidades em uma só e como os trajetos e percursos urbanos que as pessoas fazem cotidianamente interferem na concepção do que seja a cidade. O autor trata diretamente da cidade do México, marcada pela falta de planejamento, pelo crescimento desorganizado, pela pluralidade e heterogeneidade cultural. No caso maringaense, há a singularidade do crescimento totalmente planejado e controlado pelas forças políticas em jogo. Como vimos, impera um imaginário específico acerca do que seja a cidade, pois há um só planejamento urbano que, como aponta Cordovil (2008), sofreu requalificações que só fizeram endossar o imaginário presente. Os discursos analisados, que se formulam nos espaços centrais e nos espaços periféricos de Maringá, apontam essas características, ao mesmo tempo em que as negam, mas se utilizam desse

¹¹ É importante ressaltar que não pretendemos realizar uma etnografia propriamente dita, tendo em vista as especificidades teórico-metodológicas que demarcam cada área de investigação. Apenas exploramos características do olhar etnográfico para nossa inserção em campo, reconfigurando-as para nossas observações de materialidades discursivas. As características do olhar etnográfico ao qual nos referimos estão contidas em Geertz (1989). Para o autor, a etnografia é a busca por estruturas significantes, por meio da percepção do observador. Aqui, admitimos a busca por estruturas significantes, mas que se baseiam em materialidades discursivas específicas, inscritas historicamente, e não na percepção do observador individual.

movimento, de negação e aceitação, para se estruturarem. São discursos que se constituem na falha, no conflito, do jogo político entre os sentidos.

A pesquisa apontou para um funcionamento discursivo de espaços centrais-periféricos e espaços periféricos-centrais. Os espaços centrais-periféricos são espaços que ocupam o centro propriamente dito da cidade, mas que estão simbolicamente tomados por representações e práticas populares. São espaços em que o imaginário de cidade moderna vem abaixo, pois demonstram como o centro “monumental” da cidade, que, como apontou Cordovil (2008), renegou a participação popular, foi apropriado pela participação social e política desse sujeito.

Como observamos, esses trajetos, delimitados pela antiga estação rodoviária, de um lado, e pela Avenida Duque de Caxias, do outro, encravado no centro comercial da cidade, estão inteiramente tomados por práticas populares. É o comércio variado de coisa qualquer. Pequenas lojas que se multiplicam infinitamente. Em uma só quadra, identificamos mais de oito lojas que vendem coisa qualquer. É a pequena porta que faz jogo do bicho, que conserta sapato, que vende artesanato, que corta cabelo a preços baixos, que vende aviamentos de costura; é a casa veterinária, a lojinha que vende doces, o pequeno “centro de empréstimos” a aposentados e funcionários públicos; é o vendedor ambulante de raízes, de perfumes, de produtos pirateados, de pequenos utensílios domésticos; é a pequena banca que vende lanches rápidos na rua; enfim, a imagem projetada de cidade *desenvolvida*, representada pelo comércio de alto valor na negação ou exclusão do popular, dissolve-se e/ou se esfacela no imbricamento com o comércio de menor valor, com o comércio de pequenas coisas, de produtos e serviços que, em tese, só interessam a uma população segregada social e economicamente, uma população à qual não foi dada nenhuma alternativa de participação social e política, a não ser se enquadrar na imagem propagada da cidade. Esse “enquadramento”, e a forma como ele acontece, é o discurso que explicita o *real* da cidade, momento em que o conflito, a falha, irrompe como constituinte dessa imagem cidadina.

Os espaços que funcionam, discursivamente, como periférico-centrais são espaços periféricos, propriamente ditos, mas há neles uma incorporação de práticas que são centrais. Observamos as regiões de bairros periféricos e operários que se encontram no limite territorial da cidade com o município de Sarandi (localizado a 15 quilômetros do centro de Maringá). São os bairros Sanenge III, São Silvestre e Bertioiga. Neles notamos que há sempre um espaço que funciona como central: é o posto de saúde, a igreja ou capela, o boteco, o campo de futebol, o salão comunitário, a escola, a creche,

ou seja, são espaços que promovem a interação da população e que demonstram a forma como ela se relaciona com o poder estatal. É o popular constituindo uma trama de relações que busca fortalecer sua autonomia diante desse poder, sua independência enquanto identidade cultural específica, embora esses mesmos elementos que, simbolicamente, podem representar essa autonomia prendem também esses bairros em relação ao sistema organizacional estatal. Daí indícios da contradição constitutiva – o que segrega liberta e o que liberta segrega - a resistência acontece no próprio controle, o efeito de autonomia é fruto do silenciamento das relações de controle posto pelo imaginário de cidade “moderna”.

Essas observações vão, ainda, ao encontro daquilo que afirma Martín-Barbero (2004: 284): “também o centro de nossas cidades é com frequência um lugar popular de choques e negociações culturais entre o tempo homogêneo e monótono da modernidade e os de outros calendários, o das estações, o das colheitas, os religiosos.” Fazem-nos atentar para o fato de que existe um campo de lutas e embates políticos, históricos e sociais nos espaços, e que são os efeitos de sentidos produzidos por esses embates que constroem intercâmbios de sentido. De certa maneira, a forma como concebemos e vivenciamos a cidade e seus espaços é já um efeito de sentido produzido por esses intercâmbios e embates.

Para Martín-Barbero (2004), a experiência comunicacional contemporânea, do fim do século XX, é marcada pelas redes comunicacionais e pelos fluxos informacionais. Essas instâncias provocam uma modificação na sensibilidade e na própria organização do saber, pois geram o que o autor (2004, p.258) nomeia como “o despedaçar-se das fronteiras espaciais e temporais” que, por sua vez, provocam uma alteração nas formas de simbolização e ritualização do social. Martín-Barbero afirma ainda que esse processo tem um componente fundamental, a técnica. Como forma global de produção, ela permite o surgimento de um universo não-centrado “ou cujo centro se acha em qualquer lugar” denominado de universo de pantopia que “concentra todos os lugares em um e em que cada um é replicado em todos os demais” (2004, p.259).

Nesse contexto, os limites e barreiras espaciais são apagados. Com isso, a massa marginal urbana que, durante muito tempo, invadia o espaço do centro da cidade *re-significando-o*, como forma de protesto, agora dá forma à cidade. Como o próprio autor

(2004, p.280) afirma, “saída do subúrbio, a cultura popular de massa¹² dá forma à eclosão da cidade”. Isso nos leva a apontar duas expressões significantes do *real* da cidade.

Primeiramente, nessa cidade marcada pelo fluxo, pelas ruas retas, largas avenidas, pelo “imaginário moderno”, o centro deixa de ser o dominador do espaço. Talvez ainda permaneça como denominador comum, como espaço que concentra as atenções, mas não como espaço essencialmente aglutinador dessas atenções. Ele necessita se adequar a essa nova realidade, tendo que incorporar, na sua dinâmica, aspectos, características e práticas próprias do popular. Ou seja, toda a imagem espetacular e monumental de uma cidade moderna e desenvolvida vê-se indagada, levando a uma *re-organização* simbólica do espaço urbano de tal maneira que *desconstrói* esse imaginário ao mesmo tempo em que se forma por ele.

Em segundo, vemos que essa incorporação acontece em lugares determinados, ou seja, há uma institucionalização do popular, no qual a vida social é algo que se passa na periferia, mas acontece, existe enquanto tal, no centro, pois lá é o espaço em que a representatividade das práticas populares está, de alguma forma, assegurada. O comércio popular que encontramos nesses trajetos é apenas um fragmento que escapa à normatividade e aponta para esse funcionamento discursivo, revelando o *real* da cidade.

Assim, a relação centro-periferia é uma relação marcada pela negação e afirmação contínua desses dois espaços. Há uma *inter-ação* que constitui o espaço citadino, o real da cidade, que, por sua vez, sofre com o processo de silenciamento promovido pelo discurso do urbano, que busca organizar esse “caos”, legitimando determinadas práticas e desconhecendo outras.

No trajeto delimitado pelas Avenidas Paraná e Duque de Caxias, e pelas Avenidas Tamandaré e XV de Novembro, notamos uma gama de materialidades em que o popular se corporifica num espaço que é central – é a loja de variedades, o pequeno boteco, a casa de jogo do bicho, a praça central ocupada por práticas “periféricas”, o comércio varejista, o ambulante vendedor de coisa alguma (raízes medicinais, CDs e DVDs), as lojinhas de concerto de coisa qualquer, enfim, são esses espaços que simbolizam a forma como o centro e a periferia se relacionam. Como já apontamos, são

¹² Pelo contexto em que se apresenta na obra, ao usar o termo “cultura popular de massa”, o autor indica se referir a um popular cultural que sofreu transformações ao entrar em contato com a lógica de mercado da indústria cultural.

espaços que materializam a relação conflituosa e constitutiva do imaginário urbano desta cidade.

Em contrapartida, nos espaços periféricos observamos a presença de determinados materialidades que possuem uma dinâmica central – é o campo de futebol, a praça de exercícios, o centro comunitário, a mercearia do bairro, enfim, os espaços de convívio da população – e assim o são, pois expressam a identidade do grupo e suas práticas.

Nos espaços centrais-periféricos, vimos a presença de uma determinada legitimidade, emanada do espaço periférico-central, ou seja, é o estado político incorporando em suas práticas o simbólico popular, e o simbólico popular incorporando em suas práticas o estado político como forma de se fazer presente e ser reconhecido. É o discurso urbano buscando institucionalizar o real da cidade; buscando ordenar as relações que acontecem no fluxo que é a cidade, e que não pode ser abarcado pela burocracia estatal.

Sinteticamente, o popular é representado no centro mais em um espaço pré-determinado, pré-estabelecido. Já na periferia há materialidades funcionando como centrais, pois passam por um processo de institucionalização por parte do poder público que dota determinado espaço de legitimidade, reconhecendo-o politicamente: é a assembléia popular realizada no salão comunitário, que decidirá acerca das melhorias necessárias ao bairro a ser encaminhadas ao poder público. Todo esse funcionamento discursivo busca sustentar e perpetuar a imagem de Maringá como cidade moderna, organizada, bem estruturada, ao mesmo tempo em que nega esse imaginário.

Considerações Finais

A partir das observações que realizamos, podemos afirmar que a constituição simbólica dos espaços centrais e periféricos de Maringá se dá a partir de um conflito estruturante. As identificações produzidas no interior desses espaços são perpassadas por um discurso imagético sobre a cidade e, a partir dele, constroem re-significações deste mesmo discurso, fazendo ecoar outras memórias.

Os conflitos simbólicos que ocorrem na produção desses sentidos são conflitos que estão relacionados à produção da memória discursiva da cidade. Há uma memória institucional legitimada socialmente, que busca sua perpetuação, e uma memória não reconhecida, silenciada, que luta, mesmo inconscientemente, pelo reconhecimento, pela

explicitação. Por isso, as formações discursivas com as quais trabalhamos apontaram para esta polissemia dos sentidos associados à imagem de Maringá, de que a cidade e sua imagem são, ao mesmo tempo, sua afirmação e sua negação.

A imagem da cidade, legitimada socialmente, é tomada por materialidades e práticas que a *des*-legitimam, que questionam a sua institucionalidade, promovendo movimentos nos sentidos que são produzidos de forma a construir outras memórias ou mesmo a reconstruir a memória associada à cidade de Maringá.

Como observamos, o social foi, de acordo com as materialidades que analisamos, suplantado pelo imaginário. A construção do imaginário da cidade apagou, mas não destruiu, o social ali presente. A cidade se movimenta de acordo com as imagens que vai construindo e perpetuando de si mesma, apagando e silenciando conflitos e contradições que, ainda assim, ressoam em suas materialidades.

Ou seja, os efeitos de sentidos produzidos nessas materialidades apagam e/ou silenciam as relações sociais ali presentes, que abarcam o imprevisto, o imprevisível o não calculado, dando voz a um imaginário que se coloca como homogêneo; imaginário esse, que, como aponta a pesquisa, é posto em questionamento pelas próprias materialidades. Este procedimento de produção dos sentidos deixa seus “rastros” nas materialidades constitutivas da própria cidade.

A discussão que promovemos, sobre a materialização de sentido nos espaços centrais e periféricos de Maringá, permitiu-nos atentar para a forma como procedem as intersecções simbólicas e materiais nos espaços centrais e periféricos, como elas são representativas da força do imaginário da cidade e da força pulsante do *real* da cidade. Discursivamente, as relações produzidas no interior de seus espaços, principalmente nos espaços centrais e periféricos, sinalizam contrastes na própria urbanidade vivenciada neste local; contrastes diretamente associados à construção da memória dessa cidade.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Marivânia da Conceição de. *O bairro Santa Felicidade por ele mesmo: espaço urbano e formas de representações sociais em Maringá*. 2005. 290 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho (UNESP).

CANCLINI, Néstor García. *Imaginarios urbanos*. 3. ed. Buenos Aires: Eudeba. 2007

CORDOVIL, F. C. S. ; ANDRADE, C. R. M. A cidade de Maringá, PR. O plano inicial e as requalificações urbanas. In. Diez años de câmbios em el mundo, em La Geografia y

em las Ciencias Sociales, 1999-2008. *Actas Del X Coloquio Internacinal de Geocrítica*, Universidad de Barcelona: Scripta Nova (Barcelona), v. 270, p. 01-19, 2008. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/55.htm>. Acesso em: 19 nov. 2009.

CORDOVIL, F. C. S. Projeto Urbano como propaganda: a construção da imagem da cidade de Maringá. In: MACEDO, O.L C; CORDOVIL, F.C.S; REGO, R.L. (Org.). *Pensar Maringá: 60 anos de Plano*. Maringá: Massoni, 2007, v. 01, p. 83-99.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: _____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. p. 13-41. 1989

MARTÍN–BARBERO, Jesús. *Oficio de cartógrafo: travessias latino americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

MORALES, Blanca de Souza Vieira. O real da língua e o real da história: considerações a partir do texto *La lengua de nunca acabar*. In. INDURSKY, F. FERREIRA, M. C. L. (Org.) *Michel Pêcheux & análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 219-223.

ORLANDI, Eni P. (Org.) *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes. 2001.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 5. ed. Campinas: Pontes. 2003a.

_____. (Org.) *Para uma enciclopédia da cidade*. Campinas: Pontes. 2003b.

_____. *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes. 2004.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas: Unicamp. 1995.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.

RODRIGUES, Ana Lúcia. *A pobreza mora ao lado: segregação socioespacial na região metropolitana de Maringá*. 2004. 258 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo.

_____. A ocupação urbana da região metropolitana de Maringá: uma história de segregação. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: IPARDES, 2005. v. 82, n. 108, p. 61-86.

REGO, Renato Leão. O desenho urbano de Maringá e a idéia de cidade-jardim. *Acta Scientiarum* (UEM), Maringá, 2001, v.23, n.6, p. 1569-1577.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense. 2004.

ROURE, Glacy Queirós. Todo mundo sabe disso mió eu sumi daqui In. ORLANDI, Eni P. (org.) *Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas: Pontes, 2001, p. 61-71.

Data de Recebimento: 10/03/11

Data de Aprovação: 22/08/11

Para citar essa obra:

RAMOS, Tiago Roberto; PIMENTEL, Renata Marcelle Lara. A relação centro-periferia na discursividade da cidade. RUA [online]. 2011, no. 17. Volume 2 - ISSN 1413-2109 Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade
<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB
Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
<http://www.labeurb.unicamp.br/>

Endereço:

Rua Caio Graco Prado, 70
Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Barão Geraldo
13083-892 – Campinas-SP – Brasil

Telefone/Fax: (+55 19) 3521-7900

Contato: <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>